

Congresso não CORREIO BRAZILIENSE esgota pauta 08 FEV 1993 da convocação

O Congresso Nacional encerra na próxima quarta-feira o atual período de convocação extraordinária, de iniciativa do Presidente da República, sem votar todos os projetos da pauta, mas apresentando um saldo de trabalho que os ex-presidentes da Câmara e do Senado, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Mauro Benevides (PMDB-CE), ao deixarem os cargos, esta semana, consideram muito positivo. A proposta de emenda constitucional relativa ao ajuste fiscal, principal motivo da convocação, foi afinal aprovada pela Câmara, em dois turnos de votação. Não haverá tempo, até o dia 10, para o Senado votá-la. Ficará para depois do dia 15, quando o Congresso iniciará o ano parlamentar. Da mesma forma, ficam para posterior apreciação o Orçamento da União, que foi reformulado pelo Governo, e os projetos das licitações e da concessão dos serviços públicos, que foram aprovados na Câmara.

As mais importantes proposições votadas neste período — 11 de janeiro a 10 de fevereiro — estão no quadro abaixo.

□ **Modernização dos portos.** O Senado aprovou, com emendas, o projeto que lá se encontrava há seis meses e o devolveu à Câmara, que deliberou sobre as alterações e o remeteu à sanção presidencial.

□ **Reforma agrária.** O Senado aprovou também, com emendas, o projeto oriundo da Câmara regulamentando os dispositivos constitucionais que tratam da função social da propriedade rural e os conceitos de terra produtiva, pequena e média propriedades, para fins de reforma agrária.

□ **Advocacia geral da União.** Depois de terem figurado na pauta por várias vezes, desde setembro do ano passado, as modificações feitas pelo Senado no projeto que institui a Advocacia geral da União foram finalmente votadas pela Câmara e o projeto também foi à sanção presidencial. O novo órgão foi criado pela Constituição de 1988, para permitir que o Ministério Público da União adquirisse independência e passasse a cuidar exclusivamente da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

□ **Plebiscito.** O Senado concluiu a aprovação do projeto da Câmara regulamentando a realização do plebiscito de 21 de abril sobre a forma e o sistema de governo.

□ **Ministério Público Nacional.** O Senado aprovou também com emendas o projeto que estabelece normas gerais para os Ministérios Públicos dos Estados. A Câmara votou as alterações e o projeto foi à sanção.

□ **Servidores.** Aprovado pelas duas casas o projeto do Executivo que reajustou os vencimentos dos servidores civis e militares da União.